



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Mundo do trabalho.

ADOECIMENTO E SOFRIMENTO SOCIAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Juliana Menezes Mendes Maurício¹
Mariana Costa Carvalho²
Roberto Coelho do Carmo³

Resumo: Pensar a saúde do trabalhador no quadro das últimas mudanças produtivas é fundamental, à medida em que essas mudanças também podem provocar alterações no quadro de doenças relacionadas ao trabalho. O estudo proposto buscará entender o impacto do quadro das transformações ideo-políticas e econômicas no processo de trabalho dos assistentes sociais, buscando identificar possíveis reflexos desse quadro à saúde desses trabalhadores.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Serviço Social; Sofrimento Social.

ILLNESS AND SOCIAL SUFFERING OF THE SOCIAL WORKER

Abstract: Thinking about worker health in the context of the latest changes in production is crucial, as these changes can also lead to changes in work-related illness. The proposed study will seek to understand the impact of the framework of the ideo-political and economic transformations in the work process of social workers, seeking to identify possible reflections of this framework on the health of these workers.

Keywords: Job Market; Social Work; Social Suffering

INTRODUÇÃO

O capitalismo é uma relação social entre trocadores livres, proprietários privados de algo em que, crescer valor é uma necessidade congênita nesta ordem tendo, entretanto, limites geográficos e demográficos para realizar este crescimento. Contudo, de acordo com Mandel (1982) os ciclos econômicos possibilitariam a continuidade da reprodução independente destes limites, penalizando no fim das contas o trabalhador⁴.

1 Graduação e Mestrado em Serviço Social (UFJF), Doutoranda em Serviço Social (UERJ). Assistente Social no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) em Macaé/RJ. E-mail: juliana_mmendez@hotmail.com

2 Graduação e Mestrado em Serviço Social (UFJF), Doutoranda em Serviço Social (UERJ). Professora na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: marianaccarvalho@yahoo.com.br

3 Graduação e Mestrado em Serviço Social (UFF) e Mestrado em Serviço Social (UERJ), Doutorando em Serviço Social (UERJ). Professor no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: robertocoelhobj@gmail.com

⁴ É central no pensamento do autor a ideia de um comportamento cíclico do sistema capitalista, onde “num período de oscilação ascendente, há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucros, e um aumento

As relações sociais do modo de produção capitalista são embasadas pelas relações de exploração e apropriação da força de trabalho, marcada pelo conflito entre capital e trabalho, tendo sua gênese no processo de busca incessante do valor e da mais-valia. Destacamos a inexistência de distinção entre as questões vivenciadas pelos trabalhadores inseridos em ramos distintos de produção, considerando que a questão da classe atravessa e se sobrepõe a todos os ramos de trabalho. Nessa direção, trazemos para o debate algumas especificidades relacionadas aos impactos que o modo de produção capitalista pode ter sobre a saúde dos trabalhadores na contemporaneidade. De forma particular aos assistentes sociais.

Para a construção desse trabalho, partimos dos seguintes supostos analíticos: primeiro, é na busca imperativa pela valorização do valor que é possível entender as crises do capital; segundo, as respostas engendradas para se tentar conter tais crises impõem ao trabalhador o paradigma da flexibilização das relações produtivas; terceiro, nos embasamos nas interpretações que reconhecem a atividade do assistente social como trabalho.

O cenário mundializado de novas formas de configuração do trabalho nos últimos anos da crise estrutural do capital, pós década de 1990 – levou a intensas mudanças e profundos desequilíbrios para o trabalhador. Dentre estas mudanças, apontamos a instabilidade para o trabalhador que irá se refletir em sofrimento e adoecimento que abarcam a ordem psíquica, com destaque para o sofrimento social.

É nessa direção e, preocupando-se com as condições específicas do trabalhador assistente social, que o texto é elaborado. Buscamos respaldo teórico para a defesa da hipótese de que o crescimento do sofrimento psíquico do trabalhador está em curso e, nessa direção, destacamos os trabalhadores que atuam diretamente com o pauperismo, como é o caso, mas não apenas, dos assistentes sociais.

1. O SOFRIMENTO SOCIAL EM DEBATE

tanto no volume quanto no ritmo de acumulação. Ao contrário, uma crise no período subsequente de depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e o mesmo acontecerá ao volume e ao ritmo da acumulação de capital. O ciclo econômico consiste, assim, na aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação” (MANDEL, 1982, p. 75).

Desde os anos 1980, o Brasil, seguindo uma tendência mundial, vem passando por um processo de reestruturação produtiva. Este movimento provocou alterações na organização e gestão do trabalho que se expressam, por exemplo, na crescente terceirização, na intensificação do trabalho e na informalidade. Com as transformações ocorridas nos processos de trabalho e nas formas de gestão do trabalho poderíamos afirmar também que o adoecimento pelo trabalho e os acidentes de trabalho sofreriam metamorfose.

Sobre estas transformações destacamos uma questão preliminar que deverá orientar o debate proposto: qual(is) seria(m) a(s) característica(s) do adoecimento pelo trabalho e/ou dos acidentes de trabalho hoje?

Para Dal Rosso (2008), uma marca forte dessas transformações é a ampliação das atividades ditas imateriais. Neste cenário, tenderíamos a um aumento de cargas de trabalho internas, não mecânicas ou físicas, mas de ordem psíquica⁵.

Das consequências sabidas do desgaste psíquico, o sofrimento social é uma que ganha evidência, seja no debate sindical ou acadêmico. Autores como Robert Castel e Christophe Dejours, ampliam sua relevância no debate contemporâneo com o tema do sofrimento. E no Brasil, Maria Rita Kehl e Daniele Linhart aquecem as discussões sobre as características do tempo presente sob a ordem do capital e sua relação com a dor subjetiva.

Para Mendes e Werlang (2013) o sofrimento é uma dor transcendental. Esta dor atravessaria a totalidade do ser, sua corporeidade, seus sentimentos e razão. Wilkinson (2005) corresponderia o sofrimento como algo comum a todos, um fenômeno subjetivo e pessoal. Para ele, a pessoalidade que o sofrimento carrega, dificultaria uma identificação universal do fenômeno. Sofre quem sente, e as pessoas sentiriam o sofrimento de diferentes maneiras, impedindo uma comparação do fenômeno. Se, como afirma Carmo (2013), a percepção de suporte social pode minimizar o sofrimento, é justamente essa característica do sofrimento descrita por Wilkinson (2005) – de estar o sofrimento preso no limite da experiência pessoal – que proporcionaria ao sujeito tanta angústia. De forma mais geral, identifica-se o sofrimento aos sentimentos de depressão, ansiedade, culpa, humilhação, tédio e angústia (CARMO, 2013) (MENDES E WERLANG, 2013) (WILKINSON, 2005).

⁵ Cf. LAURELL E NORIEGA (1989)

Uma outra característica do sofrimento que nos parece importante relaciona-se à privação material. Para Carmo (2013), a incapacidade de se por outra finalidade na vida, além de manter-se vivo, e não dispor dos meios para realizar este fim – ou ter dificuldade de dispor destes meios – seria um terreno fértil para o sofrimento. O autor afirma que uma realidade social onde as necessidades básicas do ser humano não podem ser atendidas na qualidade e quantidades adequadas, desfavorece os processos teleológicos de captura e transformação da realidade, restringindo-o a um pragmatismo reprodutor dos processos sociais.

O que buscamos defender aqui é o vínculo do crescimento do sofrimento social ao crescimento do trabalho com características de imaterialidade, no bojo das transformações impetradas pelo capital na atualidade. Alguns debates buscam descaracterizar o rol das atividades predominantemente imateriais como trabalho, conjugando-as como práxis social. Desta forma, buscaremos destacar aqui uma atividade profissional essencialmente imaterial – e onde o debate do trabalho foi intensamente travado – para podermos assim, discutir tais cargas e o adoecimento destes trabalhadores: os assistentes sociais.

2. A CONDIÇÃO ASSALARIADA DO ASSISTENTE SOCIAL

A proposta de problematização que se coloca, busca a identificação dos assistentes sociais, ao conjunto dos trabalhadores, ainda que ressalvadas as nuances particulares, para identificar a problemática de forma genérica à problemática da classe trabalhadora. Esta é uma questão posta aos pesquisadores da área de Saúde do Trabalhador que se justifica, pois,

[...] para o capital a questão consiste em quais são as características requeridas da força de trabalho, enquanto para o trabalho a questão é em que condições se desenvolvem seus processos vitais; para o primeiro é, pois, um problema da produção (a mais valia) enquanto para o segundo é o problema da vida (LAURELL E NORIEGA, 1989, p. 101).

Transpor a análise da profissão do assistente social, como qualquer outra profissão, e focar a análise nos fundamentos do trabalho desenvolvido é um desafio.

Buscaremos realizar essa abordagem pautada na teoria e no método de Marx, em um conjunto de determinações e mediações.

Sabemos que na trajetória profissional há uma ampla gama de estudiosos⁶, com diversas frentes de pesquisa, no entanto, a análise do processamento do trabalho do assistente social postergou-se. É nessa perspectiva que Yamamoto (2009b, p. 38) argumentará.

Para a autora em questão, o desenvolvimento do trabalho do assistente social “nem sempre adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações”. Além disso, a mesma alega que foram limitados os “investimentos nas implicações da mercantilização dessa forma de trabalho especializada” (IAMAMOTO, 2009b, p. 38). É por compartilhar da aceção de Yamamoto que objetivamos abordar, nesse momento, uma das demais mediações que intercorrem no processamento do trabalho do assistente social, a saber, a sua inserção assalariada.

Nesse sentido, é perceptível que o assistente social inscreve-se nos espaços sócio-ocupacionais na condição de trabalhador assalariado. A institucionalização do Serviço Social “circunscreve as condições concretas para que o trabalho do assistente social *ingresse no processo de mercantilização e no universo do valor e da valorização do capital*, móvel principal da sociedade capitalista” (RAICHELIS, 2011, p. 4; grifo do autor). Portanto, a intervenção profissional do assistente social e assim, seu valor-de-uso, se efetiva a partir da mediação do trabalho assalariado, uma vez que, o assistente social vende sua força de trabalho especializada⁷ para obter uma quantia monetária equivalente a este trabalho e custear os itens essenciais para sua manutenção e reprodução – manutenção e reprodução própria e de seus familiares. Yamamoto (2009a, p. 351) menciona que no “circuito do valor o produto que todo assalariado produz para si é o equivalente aos seus meios de vida: o valor de troca de sua força de trabalho expresso em dinheiro”.

Em uma organização societária onde todos são trocadores de mercadorias, é imprescindível reiterar que o assistente social se insere no rol de trabalhadores que

⁶ Dentre os quais destacamos Yamamoto, Netto, Yazbeck, Faleiros, Behring, Simionatto, Abramides, dentre outros.

⁷ Raichelis (2011) ressalta que o caráter especializado desta força de trabalho é obtido mediante formação universitária. Tal formação é a condição indispensável para que este trabalhador possa vender sua força de trabalho como assistente social.

necessita, fundamentalmente, vender sua única mercadoria, qual seja, a sua força de trabalho. Desse modo, evidencia-se que a atividade profissional do assistente social irá ocorrer a partir de uma relação contratual – de compra e venda, que se refere ao processo de mercantilização dessa força especializada de trabalho. Nesse sentido, para pensarmos o trabalho do assistente social não é possível desvincular o mesmo das implicações próprias à mercantilização de sua força de trabalho, bem como, da instituição em que esse profissional se insere⁸.

Além disso, considerando os elementos abordados, é impossível deixar de dar grifo ao fato de que a demanda pelo assistente social, a requisição para que esse atue como profissional no corpo das instituições possui nítido caráter classista. Na medida em que, o assistente social é requisitado pela classe dominante para atuar junto à classe trabalhadora, sobre as mais diversas expressões da questão social apresentadas⁹.

Logo, destacamos que na arena das relações sociais de classes antagônicas, o assistente social integrará instituições públicas ou privadas, inscrevendo-se “na esfera da produção da riqueza social ou da distribuição da mais-valia” (IAMAMOTO, 2008, p. 218)¹⁰.

Na sociedade capitalista, como dissemos, trabalho é sinônimo de garantia de subsistência, seja da vida do trabalhador (assalariamento), seja do sistema em si (mais valia). Assim sendo, entendemos que, no capitalismo, encontrar os meios materiais para garantir a continuidade da vida está diretamente relacionado ao trabalho. Sob esta ordem social, o trabalho assume muitas vezes o emprego como uma forma de gestão da Relação Social fundamental. Isto posto, pensar o emprego e o movimento da crise do capital é um movimento fundamental – mas muitas vezes esquecido – para entender o fenômeno do

⁸ Apesar de a profissão de Serviço Social possuir regulamentação de profissão liberal, não há na categoria, uma trajetória consolidada nesse formato.

⁹ Apesar de o trabalho do assistente social não ser demandado pelos trabalhadores, mas sim, pela burguesia ou pelo Estado, este atende a demandas e interesses dos trabalhadores – o que configura o caráter contraditório do trabalho profissional. Logo, o trabalho do assistente social, responde as demandas do capital e do trabalho podendo, porém, “fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto” (IAMAMOTO, 1986, p. 75).

¹⁰ Damos grifo ao fato de que, no debate contemporâneo frequentemente observa-se uma cisão entre o processo de produção e o processo de reprodução no âmbito da sociedade burguesa. Deriva daí a constante afirmação de que o assistente social situa-se na esfera da reprodução social, sem se considerar qual o real significado e a relação existente entre produção e reprodução no âmbito da sociedade capitalista. Iamamoto (2008) destaca que tal cisão e a constante afirmação de que o Serviço Social se situa no marco da reprodução social – dissociando a relação entre produção e reprodução social – configura-se como uma interpretação empobrecida de tais categorias e ainda, é um dos ângulos que deve ser tomado no debate acadêmico.

adoecimento. E, para tanto, torna-se imperativo destacar os principais elementos da constituição do trabalho no Brasil pós década de 1990. É o que segue.

3. O CENÁRIO DO TRABALHO NO BRASIL PÓS DÉCADA DE 1990

Estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – mostram que na última década do século XX o Brasil teve como característica marcante a desestruturação do mercado de trabalho, com diferentes iniciativas dos setores público e privado concorrendo para esta finalidade. O período foi marcado pela elevação das taxas de desemprego, crescimento significativo das formas precárias de inserção no mercado de trabalho, introdução de diversos mecanismos de flexibilização da relação trabalhista, flexibilização dos rendimentos e redução dos rendimentos do trabalho em termos reais (DIEESE, 2012). Análise que se coaduna com a leitura que identifica o sofrimento social à privação material, colocando de forma mais afirmativa a hipótese que caracteriza as cargas psíquicas com evidência à contemporaneidade do trabalho.

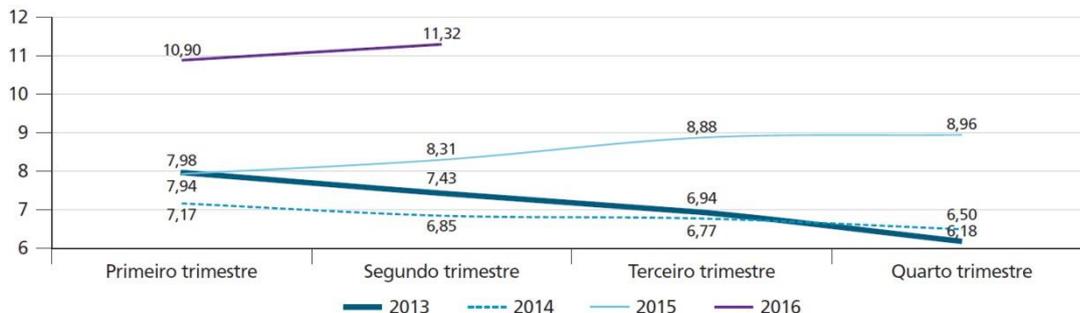
A decorrência da desestruturação ocorreu por várias razões as quais destacamos as baixas taxas médias de crescimento, abertura comercial e financeira desregulada, crescimento da população economicamente ativa (PEA), perda da importância do emprego do setor industrial, reestruturação produtiva, privatizações e terceirizações, queda da taxa de investimento total (com destaque para o investimento no setor público) (DIEESE, 2012).

Segundo o DIEESE (2012), no período referente aos primeiros anos da década passada, marcado pelo baixo crescimento econômico, os brasileiros que vivem do trabalho experimentaram remédios amargos de combate à crise econômica, como o desemprego elevado e de longa duração, aumento da informalidade, o crescimento da precarização das formas de contratação e a queda brutal do poder de compra dos salários e da renda em geral. Ainda que considerando o círculo virtuoso entre o período de 2004 e 2010, há de se considerar o cenário atual nada favorável para os trabalhadores.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no primeiro semestre de 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 4,6% em comparação com os seis primeiros meses de 2015 que, somado a alta da inflação, resultou

um cenário de piora dos principais indicadores do mercado de trabalho, com destaque para o aumento da taxa de desemprego. O gráfico a seguir mostra a trajetória do desemprego entre os anos 2012 a 2016 (IPEA, 2016).

Gráfico 1: Taxa de desocupação

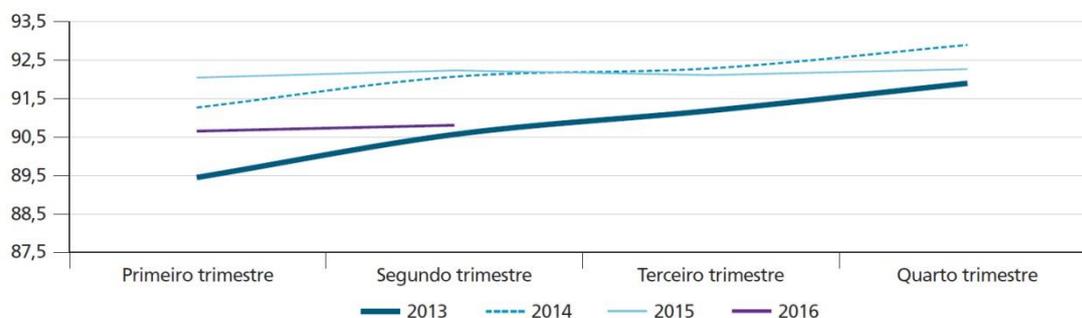


Fonte: IPEA, 2016.

O primeiro semestre de 2016, como demonstra o gráfico 1 apresenta elevação da taxa de desemprego no país. Essa evolução segue a trajetória do ano anterior, de 2015, quando o desemprego iniciou tendência ascendente.

Segundo a mesma pesquisa (IPEA, 2016), em relação a taxa de ocupação, o estudo aponta aumento em relação ao mesmo período, entre 2015 e 2016. A média da população ocupada no primeiro semestre de 2016 era de aproximadamente 90,7 milhões. Sendo que no mesmo período do ano anterior era de 92,1 milhões, representando uma queda de aproximadamente 1,4 milhão de postos de trabalho. O resultado negativo confirma um processo de deterioração em relação à ocupação, conforme pode ser constatado no gráfico 2:

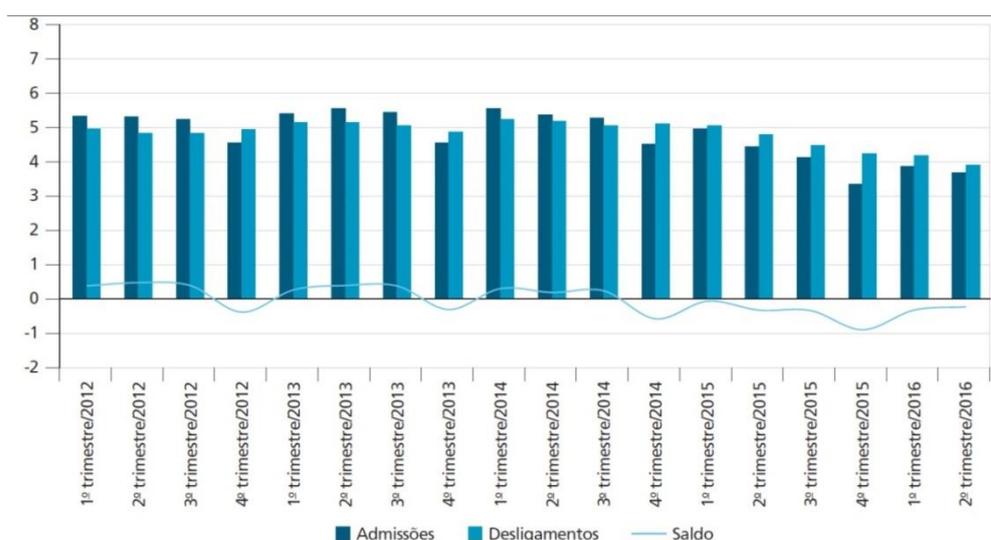
Gráfico 2: Número de ocupados



Fonte: IPEA, 2016.

Um aspecto interessante é que o padrão recessivo dos saldos entre admitidos e desligados deve-se mais a diminuição nas contratações do que os aumentos dos desligamentos. Mas, os desligamentos também apresentam trajetória descendente. (IPEA, 2016).

Gráfico 3: Admissões, desligamentos e saldo trimestral do emprego formal



Fonte: IPEA, 2016.

A análise posta até aqui nos aponta ao mercado formal. Portanto, para continuarmos nossa problematização sobre o sofrimento social e o trabalho do assistente social, é importante pensarmos a qualidade dos empregos gerados na área, identificando alguns elementos principais da ocupação e informalidade no país.

De forma mais geral, a análise do IPEA (2016) sobre a evolução da população ocupada mostra uma discrepância entre os trabalhadores por conta própria e os demais grupos ocupacionais. Os trabalhadores por conta própria mantiveram trajetória de crescimento, com uma variação de 5,2% no primeiro semestre de 2016 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Todos os demais grupos registraram decréscimo na ocupação em relação a esse mesmo período utilizado na comparação, sendo: os empregados tiveram decréscimo de 7,9% e os trabalhadores com e sem carteira assinada tiveram decréscimos de 3,6% e 1,2%, respectivamente.

Em relação ao rendimento médio real habitual no trabalho principal registrou perda média de 3,8% no primeiro semestre de 2016 em comparação ao mesmo período de 2015. O rendimento real no segundo semestre de 2016 foi de R\$1.920, 54, sendo no quarto trimestre de 2015 no valor de R\$ 1.951,77 (IPEA, 2016), apresentando uma tendência de pauperização da classe trabalhadora.

Quanto ao Serviço Social, em que pese a ausência de dados mais recentes, não é diferente. As tendências já identificadas na primeira década dos anos 2000 para a profissão seguem os cursos gerais identificados para os trabalhadores no cenário contemporâneo.

Corroborando o explicitado, servimo-nos dos dados obtidos pela pesquisa organizada e publicada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2005¹¹, que se destinou a traçar o perfil do profissional de Serviço Social no cenário nacional; pela pesquisa realizada por Delgado apud Raichelis (2011) com assistentes sociais formados no intervalo dos anos de 2003-06, nos Estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro; e pelo relatório da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), da Seccional do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do município de Juiz de Fora, de 2012, que traz resultados da Zona da Mata Mineira.

Uma análise atenta dos dados e das informações apresentados por essas três fontes que se complementam, abstraindo-se as diferencialidades, nos permite constatar que encontram-se em curso processos de flexibilização do trabalho em suas formas como terceirização, sub-contratação também para os assistentes sociais. Sendo que, nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, fica evidente a perda e/ou precarização dos postos de trabalho dos assistentes sociais, em especial, para aqueles em busca da primeira oportunidade de emprego. Também é possível verificar, para os jovens assistentes sociais, a ampliação da precarização dos contratos de trabalho. A referida precarização se manifesta de três formas para esses profissionais: contratos temporários, ausência de vínculos empregatícios e inserção como profissional autônomo.

Em síntese, para os profissionais de Serviço Social está presente a acentuação do grau de sofrimento e frustração, visto que, deparam-se diariamente com as mais diversas refrações da questão social que assolam os usuários dos serviços nos quais se inserem.

¹¹ O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2005 organizou e publicou a pesquisa elaborada pela parceria entre a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Aliado ao sofrimento e a frustração em decorrência do contato ininterrupto com as mazelas sociais, temos o sofrimento em consequência da ampliação e intensificação das jornadas de trabalho; da precarização e da flexibilização do trabalho; e, de um modo geral, da decadência não só das condições de trabalho, mas também, das condições de vida.

O atual cenário nacional impacta negativamente nas condições de trabalho do assistente social, sobressaindo à necessidade de discussão sobre os aspectos desse universo do mundo do trabalho tais como, precarização e flexibilização das condições de trabalho, diminuição do poder de compra, aumento do desemprego, entre outros.

Há um entendimento de que o assistente social não dispõe de autonomia integral sobre seu trabalho. Isso, porque, o assistente social não possui “o poder de livremente estabelecer suas prioridades, seu modo de operar, acessar todos os recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções” (IAMAMOTO, 2009a, p. 353). Em um cenário flexível, com perdas objetivas para o trabalhador, há uma tendência de relativização ainda maior dessa autonomia, reverberando em uma diminuição do controle do assistente social sobre o processo de trabalho em que se inscreve.

Diante do exposto, precarização das relações de trabalho com alto grau de pauperização da classe trabalhadora, levantamos como hipótese que há um crescimento do sofrimento social. De forma especial entre os trabalhadores que lidam com este pauperismo no cotidiano de seu trabalho – como os assistentes sociais e outros trabalhadores da rede pública de saúde, por exemplo – e que, além disso, experimentam este pauperismo como uma condição de sua própria vida.

Parece-nos evidente que o debate proposto não pode ser dissolvido no complexo e restrito campo de debate da Medicina do Trabalho clássica, de caráter curativo ou da Saúde Ocupacional já que esta tem sua atuação voltada para a prevenção e reparação de riscos no trabalho (VASCONCELOS, 2011, p.402). Como poderia por essa base pensar a saúde dos assistentes sociais desempregados? Nestas áreas de interesse específicas, estaria desconsiderado o fundamental debate da reprodução das relações sociais, que nos permite considerar as relações contratuais, mas também, perceber outras formas de organização do trabalho como o trabalho doméstico ou o trabalho informal, nas palavras de Maria Augusta Tavares (2004), nos permite identificar os fios (in)visíveis da reprodução capitalista. Para a observação destas questões é necessário que se transcenda as relações laborais identificando como se processa a relação entre capital e trabalho no

cotidiano dos trabalhadores. Em outras palavras, seria necessária uma visão de classe, e não uma visão de posto de trabalho. Quer dizer, a que sorte de coisas estaria submetida a classe trabalhadora que a faria sofrer?

Analisando de uma perspectiva de classe, Laurell e Noriega (1989) identificam uma relação direta e inversa entre a maximização dos lucros e a saúde e segurança do trabalhador marcada em ações como “minimizar a inversão de capital em medidas de higiene e segurança” (1989, p. 27). Ao que acrescentaríamos hoje uma nociva flexibilização das relações de trabalho que reflete em aumento da carga de trabalho com redução da porosidade associada a uma polivalência do trabalhador que reverbera como intensificação do trabalho. Um mesmo trabalhador pode associar ao seu dia um potencial de criação de valor que alavanca enormemente o lucro, ocasionando um desgaste que é acelerado pela sobrecarga.

Em síntese, consideramos que os conteúdos supramencionados nos colocam também em um embate político, já que a ausência de um debate qualificado do processo saúde-doença como fenômeno social camufla o trabalho como reflexo das relações sociais de (re)produção capitalista. Assim as discussões se reduziriam ao ambiente de trabalho, e os trabalhadores entrariam ou não em contato com determinados riscos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de transformações societárias fortemente marcado pela degradação do trabalho organizado a partir de regulamentações sociais e trabalhistas ocorre, inevitavelmente, a acentuação da conexão entre trabalho e adoecimento/sofrimento. Produz-se, portanto, um efeito direto sobre a saúde física e mental dos trabalhadores.

Conforme buscamos inferir ao longo deste estudo, essa dinâmica impacta também o assistente social em suas formas de objetivação e subjetivação do trabalho, nos múltiplos espaços sócio-ocupacionais em que se insere.

Desse modo, para o Serviço Social compreender e apreender os impactos perversos da ofensiva do capital na categoria é fundamental para que seja elaborada e articulada estratégias de enfrentamento para um exercício profissional que tenha como norte o fortalecimento da base da categoria comprometida com o Projeto Ético Político (PEP) da profissão.

Se realmente existe um crescimento do sofrimento entre os trabalhadores, evidenciá-lo é fundamental já que, pelas características próprias do sofrimento, a personalidade dificulta a socialização, mas é na socialização que se pode diminuir o sofrimento.

Neste sentido, tendo em vista que os elementos expostos configuram-se como preliminares e, conseqüentemente, não permitem uma compreensão mais pormenorizada e aprofundada acerca dos reflexos das transformações societárias sobre a saúde dos assistentes sociais, acreditamos que sua importância reside na identificação de um ângulo de análise e de pesquisa posterior sustentado sobre a seguinte hipótese: há em curso na contemporaneidade o crescimento do sofrimento psíquico, em especial, dos trabalhadores – como é o caso dos assistentes sociais, que atuam diretamente com as mazelas sociais, com o pauperismo.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL, CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes... [et al.]. Brasília: CFESS, 2005.

CARMO, R. C. do. **Por um fio**: o Sofrimento do Trabalhador na Era do Capitalismo Flexível. Roberto Coelho do Carmo. Jundiaí: Paco, 2013.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012. Disponível em: <www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: _____. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. p. 15-50.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais. Parte I. Cap. II. In: _____. CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 5. ed. Esboço de uma interpretação teórico-metodológica. São Paulo, 1986.

IAMAMOTO, M. V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a. p. 341-375.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. **Boletim mercado de trabalho**. Conjuntura e análise nº 61, outubro de 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28907&Itemid=9> Acesso em: 19 fev. 2017.

LAURELL, A. C. e NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde**: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MENDES, J. M. R. e WERLANG, R. Sofrimento social e saúde do trabalhador. **Em Pauta**, n.32, Rio de Janeiro, 2º semestre, 2013.

RAICHELIS, R. O Assistente Social como trabalhador assalariado – desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, 2011.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

VASCONCELOS, L. C. F. Entre a saúde ocupacional e a saúde do trabalhador: as coisas nos seus lugares. In: VASCONCELOS, L. C. F (et al). **Saúde, Trabalho e Direito**: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

WILKINSON, I. **Suffering**: a sociological introduction. Cambridge: Polity Press, 2005